

1 **ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO MÊS DE AGOSTO DE 2022 DO CEDM/PR**

2
3 Aos nove dias do mês de agosto de dois mil e vinte e dois, as quatorze horas e quinze
4 minutos em segunda chamada, por web conferência, pelo link:
5 <https://meet.google.com/qkp-bwrx-btx>; **Abertura** – A Presidente Walquíria cumprimenta a
6 todas as conselheiras e colaboradoras dando boas vindas e agradecendo a presença de
7 todas na Reunião, faz a apresentação da Servidora Sandra Cristina Hey Paizani que
8 começou atuar recentemente no Departamento de Política para Mulheres como
9 Secretária Executiva e que a mesma está muito empenhada para cumprir essa função. A
10 Secretária Executiva Sandra Cristina Hey Paizani informa que o link da lista de presença
11 se encontra disponível no chat, sendo que este documento de assinatura é um
12 documento oficial para a confirmação de presença e faz a chamada inicial; **Conselheiras**
13 **Representantes Governamentais:** Titular: Walquíria Onete Gomes – DPM/SEJUF;
14 Titular: Joseli Collaço - SUDIS CASA CIVIL; Titular: Andréia Maria Sanson Corat -
15 DEDIF/SEJUF; Suplente: Carla Konieczniak Aguiar - SESA; Suplente: Kamilla Conte
16 Kunz - SEDU; Titular: Priscila Costa Paganotto Pielak – SEDEST/PR; Titular: Carolina
17 Poliquesi - SESA/PR; Titular: Juliana Carolina Silveira Patzsch - SEPL; Suplente: Dinéia
18 Alves de Freitas - SETI; Titular: Jussara Fátima Ribeiro - SEAB/IDR-PR; Suplente:
19 Kamilla Conte Kunz - SEDU; **Conselheiras Representantes da Sociedade Civil:** Titular:
20 Terezinha Andrade Possebom – HUMSOL; Suplente: Simone Beck Ribeiro – HUMSOL;
21 Titular: Maria Isabel Corrêa - UBM/PR; Titular: Ivanete Paulino Xavier – Rede Mulheres
22 Negras - PR; Titular: Isabela Candeloro Campoi - UNESPAR; Suplente; Titular: Eunice
23 Tieko Miyamoto - CUT/PR; Titular: Carmen Ribeiro – RFS; Suplente: Lara Cubis de Lima -
24 RFS; Suplente: Patricia Robes Loureiro - SINDIJUS/PR; Suplente: Silvana Rausis -
25 ASSEMPA; Titular: Margleyse Adriana dos Santos - APP; **Colaboradores e Convidados:**
26 Mariana Martins Nunes - NUDEM; Ana Paula Gorgen – Assembléia Legislativa; Silvane
27 Aparecida Fofano Farah - DPM ; item um; **1) Boas vindas da Presidente:** A Presidente
28 Walquíria novamente cumprimenta a todas as conselheiras e colaboradoras e pede para
29 darem início aos trabalhos; item dois; **2) Apreciação e Aprovação da Pauta:** A
30 Conselheira Carolina Poliquesi da SESA sugere que **Decreto de Regulamentação da**
31 **Violência Obstétrica** a ser tratado no item seis da pauta seja tratado em item dez, sendo
32 assim o item **Palavra das Conselheiras** passa a ser tratado como item onze, não

33 havendo mais nada a tratar aprovaram a pauta; item três; **3) Aprovação da Ata de Julho:**
34 Ata aprovada pelas presentes; item quatro; **4) Informes do Departamento de Política**
35 **para Mulheres:** A Presidente Walquíria inicia os informes do departamento dizendo que o
36 Departamento de Política para Mulheres participou do evento Primeiro Encontro de
37 Mulheres na Política do Paraná e também a alusão aos dezesseis anos da lei Maria da
38 Penha neste domingo no dia sete em Maringá, na presença do Governador e da Primeira
39 dama, bem como autoridades, o Secretário da SEJUF, a Secretária Municipal da Mulher
40 de Maringá que também é presidente do fórum de gestoras municipais do estado do
41 Paraná, Deputados, Prefeitos, Vice-prefeitos, Secretários Municipais, Chefes dos
42 Escritórios Regionais, e dos Núcleos Regionais de Educação representados também por
43 entidades sociais que estiveram presentes e público em geral, fala que foi anunciado pelo
44 Governador a criação da Secretaria da Mulher do Paraná, diz que também já está
45 articulado dois Conselhos a serem implantados, em Quitandinha, que no dia 22 de
46 agosto participarão do primeiro Seminário da Mulher de Quitandinha, em Contenda,
47 onde será reativado esse Conselho e também a implementação de um novo Conselho
48 em Assaí, fala que em relação ao pedido do Conselho sobre uma visita técnica ao
49 Centro de Integração Social - CIS vinculado ao Departamento Penitenciário do Paraná,
50 foi fechado o agendamento para o dia primeiro de setembro em uma quinta-feira às
51 quatorze horas no DEPEN, portanto o Conselho terá que sair da SEJUF por volta de
52 meio dia e quarenta e cinco pois a estrada é movimentada e o destino é longo, fala que a
53 van comporta doze pessoas e que precisarão dentro do grupo se organizar para que se
54 tenham doze pessoas do Conselho e que as mesmas encaminhem o nome e o RG com
55 dois dias de antecedência para que seja enviado ao DEPEN possibilitando assim a
56 entrada no local; a Conselheira Carmen Ribeiro pergunta se foi criada uma Secretaria
57 Estadual da Mulher, a Conselheira Maria Isabel pergunta se tem data prevista para a
58 criação e a Presidente fala que somente foi anunciado no evento em Maringá que será
59 criada, a Conselheira Carmen indaga se é para essa gestão ou plano de governo futuro e
60 a Conselheira Maria Isabel fala que não pode ser para o próximo ano e sim para esse,
61 porque ainda nesse ano estarão ocorrendo às eleições, então pergunta se seria uma
62 proposta de campanha, um discurso eleitoral, porque se for para o ano que vem o
63 Governador tem o pressuposto de vitória nas eleições e não se sabe qual será o

64 Governador na próxima Gestão e a Presidente esclarece que não se trata de proposta
65 de campanha, foi uma solicitação dos participantes dos municípios por causa da
66 necessidade da representatividade da mulher e em resposta a esse pedido ele disse que
67 iria criar a Secretaria da Mulher, é a intenção dele, a Conselheira Carmen sugere que
68 mandem um ofício a Casa Civil dizendo que tiveram conhecimento da proposta que muito
69 as alegrou, mas que gostariam de saber qual é o cronograma e que providências estão
70 sendo tomadas para viabilizar ainda dentro deste ano, nessa legislatura e se oferece para
71 escrever a minuta, a Presidente diz que concorda e pede para que envie a minuta a todas
72 quando terminar, a Conselheira Maria Isabel diz que concorda com a Carmen, fala que
73 acha imprescindível, até porque elas tem um orçamento pequeno e tantas dificuldades no
74 departamento de garantias dos direitos das mulheres, e nunca haviam tido essa resposta
75 para o Conselho que sempre solicitou uma Secretaria, uma estrutura maior para a política
76 das mulheres, que é importante saber se é para esse ano, prazos e recursos então
77 concorda plenamente que a Carmen faça essa minuta, a Presidente esclarece mais uma
78 vez que esse convite para o Evento foi feito pela Associação dos Municípios do Paraná,
79 que teve cunho de trabalho e somente isso, a Conselheira Silvana Rausis diz acreditar
80 que é uma reivindicação tão antiga, tão lutada, tão discutida no Conselho, que é
81 prioritária essa necessidade pelos indicadores que enfrentam atualmente em todos os
82 sentidos não só o da violência, mas no sentido da empregabilidade, formação e etc., fala
83 que a demanda já está criada há muito tempo, só que elas como Conselho devem ser
84 priorizadas em termos da informação, da divulgação e data da criação dessa Secretaria,
85 que querem algo concreto, que precisam saber se o Governador vai criar, vai efetivar a
86 proposta, se vai ter documentação que de margem de trabalho em cima desse
87 equipamento que é uma Secretaria ou se fica para posteridade, a Presidente reforça que
88 sentiu a necessidade enquanto representante do Conselho no evento, de ser a primeira a
89 comunicar isso para o Conselho porque estão juntas e que a intenção que foi colocada é
90 a criação dessa Secretaria e diz que o Governador anunciou a criação da Secretaria
91 porque todos que estavam lá reivindicaram isso a ele, essa necessidade de ter essa
92 representatividade, de ter uma Secretaria, porque em outros estados já tem, já existem
93 municípios do Paraná que tem, então nosso estado também precisa ter essa Secretaria,
94 foi uma reivindicação do grupo que estava lá, não tendo mais nada a tratar passa para o

95 próximo ponto da pauta; item cinco; **5) Mariana Martins Nunes - Power BI: ferramenta**
96 **de acesso às informações dos equipamentos, serviços, programas e/ou benefícios**
97 **para atendimento às mulheres em situação de violência nos municípios em que há**
98 **Defensoria Pública no Estado do Paraná:** A colaboradora Mariana Martins Nunes inicia
99 sua fala desejando uma boa tarde a todas, falando que é Defensora Pública, que
100 atualmente está na coordenação do NUDEM e que pediu pauta para apresentar ao
101 Conselho o aplicativo Power BI que foi criado pela defensoria com mapeamento dos
102 principais equipamentos e serviços nos municípios em que a defensoria pública está
103 atendendo, em relação ao atendimento as mulheres em situação de violência, ela
104 compartilha a tela do computador e explica que o Power BI fica dentro da página da
105 Defensoria Pública do Estado - DPE, especificamente na página do NUDEM, Núcleos
106 Especializados e em Núcleo de Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres, e então
107 no último ícone o mapeamento de serviços de apoio as mulheres em situação de
108 violência, fala que esse mapeamento é um painel interativo que vai mostrar os principais
109 equipamentos e serviços da rede de atenção a mulher, ele busca mostrar e facilitar o
110 acesso a essas informações tanto pelos serviços da rede, quanto pelo público em geral,
111 ele identifica os quinze principais serviços e equipamentos, ela diz que é bem intuitivo,
112 que nele constam as Comarcas e os Municípios em que existe defensoria, que se pode
113 filtrar por ambos, o tipo de equipamento, sendo que os principais se encontram listados,
114 tem a CMB, Abrigo institucional, CAPS, CREA, CRAM, os Juizados e no outro lado da
115 tela tem o tipo de serviço ou programa que é ofertado, Aluguel Social , Lei Maria da
116 Penha, Botão do Pânico e etc. então se estiver sendo feito um atendimento em um
117 município específico a rede pode fazer a consulta, e a mulher da mesma forma consegue
118 através desse mecanismo procurar o serviço, Mariana diz que a princípio essa plataforma
119 tem mapeado apenas os serviços dos locais em que se tem a defensoria, portanto
120 existem as falhas dessa rede de atenção a mulher, diz que a defensoria pública ainda
121 não está presente em todos os municípios e o quanto que ainda precisam avançar para
122 que essa rede de atenção cubra todo o estado, para que consigam fazer um
123 mapeamento de todo o estado, para que de fato seja uma ferramenta que auxilie todo o
124 serviço, encerra sua apresentação dizendo que fica à disposição e disponibiliza o link:
125 <https://www.defensoriapublica.pr.def.br/Pagina/Mapeamento-de-servicos-de-apoio->

126 [mulheres-em-situacao-de-violencia](#); A Conselheira Carmen pergunta de onde os dados
127 foram coletados, Mariana responde que os dados foram coletados junto com a equipe
128 técnica da Defensoria Pública que fica em cada uma das comarcas, sendo a equipe
129 técnica constituída pelos Assistentes sociais e Psicólogos da defensoria, esses
130 servidores que fizeram a coleta junto à rede encaminharam para o NUDEM fazer esse
131 mapeamento, por isso que tem só onde tem Defensoria e que em algumas comarcas
132 tiveram dificuldades com o repasse dessas informações e onde não havia defensoria não
133 conseguiram avançar por conta dessa dificuldade, a Conselheira Maria Isabel diz que
134 gostaria de parabenizar a Dra. Mariana e o NUDEM, pois há anos que o Conselho solicita
135 que seja feito um trabalho desse tipo em todo o Paraná, um mapa complexo de toda rede
136 de atendimento, que isso é fundamental para que se tenha o diagnóstico da rede, que
137 saibam de que rede estão falando e para que possam ir no mais complexo e trazer as
138 questões ligadas a saúde, fala que é essencial que tenham esse tipo de mapeamento e
139 que só gostaria que a Dra. Mariana colocasse quais são os municípios que tem
140 Defensoria Pública e que estão dentro desse mapeamento, agradece mais uma vez
141 pela grande contribuição em relação ao mapeamento, a Dra. Mariana diz que no início do
142 painel da página de mapeamento aparece filtrar por município e lá se encontram todos os
143 municípios que estão presentes, não havendo mais nada a tratar a Presidente Walquiria
144 parabeniza Mariana e passa para o próximo ponto da pauta; item seis; **6) Mariana**
145 **Martins Nunes - Atuação do NUDEM no fluxo de denúncias de violência obstétrica;**
146 A Dra. Mariana inicia contextualizando a atuação do NUDEM na pauta de violência
147 obstétrica, dizendo que desde a gestão anterior a Lívia como coordenadora já vinha
148 atuando nessa questão da violência obstétrica, com a criação de protocolo, com
149 atendimento a vítimas dentro da Defensoria Pública e junto com a SESA com a
150 regulamentação da lei, então já existe um trabalho anterior, fala que no início do ano
151 recebeu um contato do deputado Goura falando de algumas denúncias que havia
152 recebido lá de Francisco Beltrão de violência obstétrica, e a partir daí articularam junto a
153 UNIMAPE e ao Conselho Municipal de Francisco Beltrão uma averiguação do que estava
154 acontecendo lá, sendo que a partir desse trabalho elaboraram um formulário a ser
155 encaminhado para as mulheres com preenchimento sobre a situação de violência
156 obstétrica e a idéia inicial seria fazer um levantamento de dados, foram feitas conversas

157 com o Centro de Atendimento a Mulher da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos para
158 buscar os dados de violência obstétrica e perceberam que não existem dados
159 sistematizados e sim uma subnotificação gigantesca, nessa conversa com o 180
160 receberam os dados de apenas dezoito denúncias em 2021, ou seja, um número irrisório
161 se pensarem em tudo que se ouve e que se fala em termos de violência obstétrica no
162 Paraná e que a partir disso começaram a pensar no NUDEM para criarem um tipo de
163 Observatório da Violência Obstétrica, em que pudessem receber essas denúncias,
164 sistematizar os dados, e então fazer a proposta de políticas públicas, fazer o
165 mapeamento de onde eram os locais mais sensíveis, com maior índice de violência, ver
166 como isso poderia incidir nas políticas públicas e eventualmente judicializar, ver qual
167 seria o caminho mais adequado, diz que em Francisco Beltrão, onde tiveram uma reunião,
168 perceberam alguns avanços, lá foi criada uma Comissão de enfrentamento a violência
169 obstétrica e que acredita que vai surtir resultados positivos, mas de qualquer forma a
170 idéia inicial para além de Francisco Beltrão seria fazer esse observatório, e compartilha
171 alguns slides dos dados sistematizados de Francisco Beltrão, para que todos visualizem
172 qual era a idéia, porque isso tornou-se o Piloto desse Observatório, ele foi focado em
173 Francisco Beltrão nas mulheres que fizeram essas denúncias em uma roda de conversa
174 realizada entre o Conselho Municipal de Direitos da Mulher e o NUMAPE, sendo que de
175 vinte mulheres quatorze responderam o formulário, e puderam então fazer esse
176 diagnóstico preliminar, fala que os dados são a partir do relatório que foi gerado
177 automaticamente pelo Google forms, explica que não irá mostrar todos os slides porque
178 foram feitos mais especificamente para essa reunião de Francisco Beltrão, apresenta o
179 gráfico que mostra que, das quatorze mulheres que preencheram os formulários, dez
180 mulheres foram atendidas pelo SUS, o que corresponde a (71,4%), uma mulher por
181 hospital particular (7,1%), uma mulher por plano de saúde (7,1%) e as outras duas não
182 informaram, diz que diferentemente do que tem se observado nos atendimentos da
183 Defensoria as mulheres tem uma escolaridade de nível mais elevado, superior completo,
184 pós graduação, fala que tiveram outras ações em Guarapuava e que os casos para
185 atendimento que chegaram na Defensoria eram de mulheres mais simples, da zona rural,
186 não alfabetizadas, e ali se tem um perfil diferente, a Dra.Mariana passa em slides os
187 dados mais relevantes tais como, a questão dos acompanhantes, onde cerca de 23,1%

188 das mulheres tiveram negado o direito de acompanhante, e diz que é um número
189 significativo se considerarem que a lei que determina a obrigatoriedade do acompanhante
190 é de 2015, e ainda vêem resistência para o cumprimento dela, e a mesma coisa com a
191 doula que é uma lei mais recente, mas mesmo assim percebem que tem um impedimento
192 a essa participação e em muitos casos é dada a opção para gestante entre o
193 acompanhante e a doula, o que sabem que é equivocado porque a presença de ambos é
194 direito da mulher, em relação ao plano de parto vêem que 46,2% das mulheres realizou o
195 plano de parto, no entanto nenhuma delas teve esse plano respeitado, fala que talvez o
196 dado mais alarmante é em relação aos xingamentos ou qualquer forma de humilhação ou
197 constrangimento que tenham passado durante o parto, e ali tem um número de 76,9% de
198 mulheres que passaram por isso, os outros dados estão relacionados a procedimentos,
199 se foi informada a necessidade desses procedimentos, como a Episiotomia, a manobra
200 de Kristeller, e cerca de 71,4% das mulheres não foram informadas da necessidade do
201 procedimento, então além do tratamento humilhante não é pedido o consentimento para
202 fazer alguns tipos de procedimentos e também não é orientado o motivo para fazê-los, e
203 por fim o que pegaram de diagnóstico é que a maior parte das mulheres apresentam
204 sequelas emocionais, físicas, reprodutivas e sexuais em decorrência do parto, fala que
205 não foi colocado nos slides mas que alguns bebês tiveram sequelas em razão do mal
206 atendimento no parto, diz que apresentou esses dados para mostrar o que se
207 intencionava fazer nesse observatório, que era formalizar esses dados, apresentar de
208 alguma forma com alguma regularidade e que logo depois veio o Decreto 11.570 que
209 regulamenta a lei da violência obstétrica e que coloca o NUDEM como uma das portas de
210 entrada para as denúncias e apurações de violência obstétrica, então nesse sentido já
211 havia essa intenção do observatório, mas com a colocação do NUDEM no fluxo, fala que
212 inclusive foi pauta da reunião passada do Conselho, quando ela estava em férias e não
213 pode acompanhar, por isso pediu a palavra nessa, e que foi feita uma reunião com a
214 administração superior para ver como poderiam se inserir nesse fluxo, ficou acordado
215 que irão reformular o formulário inicial de Francisco Beltrão para deixar ele um pouco
216 mais “enxuto”, e pretendem o colocar no mesmo local do mapa de serviços de apoio e a
217 partir desse formulário também poderão gerar os gráficos automáticos, são informações
218 sigilosas que as mulheres irão preencher, que vão ser direcionadas para um email que

219 apenas a Dra. Mariana e a assessoria do NUDEM tem acesso e a idéia é que façam
220 contato com essas mulheres noticiantes em um prazo de quinze dias para realizar o
221 acolhimento e eventualmente, caso queiram o encaminhamento para o atendimento
222 psicológico da rede e jurídico, então onde tiver a defensoria vai para a própria defensoria
223 mas caso não tenha a mesma a idéia seria encaminhar para os núcleos de prática,
224 deixando um convite para o NUMAPE, fala que a idéia seria fazer esse tipo de convênio
225 para o atendimento individual jurídico caso a mulher queira ajuizar uma ação
226 indenizatória de responsabilização do hospital ou do profissional que tenha causado o
227 dano, fala que em relação a atuação do NUDEM é basicamente essa, também dentro do
228 fluxo para recebimento das denúncias a Ouvidoria Geral de Saúde, a Central de
229 Atendimento a Mulher e o Ministério Público, diz que não sabe como irá funcionar o
230 procedimento do Ministério Público e se foi falado sobre isso na reunião anterior, mas de
231 toda forma fica a disposição para ouvir sugestões e responder também a
232 questionamentos para ir aprimorando este fluxo de denúncias para que de fato possam
233 ser um canal que concentre essas denúncias e que converse com os outros canais, com
234 o propósito de conseguirem sistematizar esses dados e a partir daí identificar os nós do
235 enfrentamento da violência obstétrica, termina sua frase agradecendo, a Presidente
236 Walquíria parabeniza a Dra. Mariana e diz que a explanação dela foi muito pertinente,
237 fala que a amostragem dos gráficos foi excelente, pois mostra exatamente a realidade do
238 que está acontecendo dentro do contexto hospitalar, e é disso que precisam, disseminar
239 essas situações, para que as mulheres façam suas denúncias com a família junto, porque
240 é inadmissível hoje que a nossa mulher, a nossa mãe passem por essas violências nos
241 hospitais porque isso ainda acontece, a Conselheira Isabela fala que é muito interessante
242 e até um pouco apavorante por que vêem que isso existe e que o índice é bem alto,
243 pergunta se o acesso a essas mulheres foi através da denúncia do deputado e essa força
244 tarefa foi até Francisco Beltrão através do Conselho e do NUMAPE, fala que ficou curiosa
245 sobre isso, e o quanto é importante uma cidade que tem um Conselho, que deve ter uma
246 rede e tem o NUMAPE porque ai dão acessibilidade para que a denúncia seja feita, a Dra.
247 Mariana responde que não sabe como foi esse momento inicial, mas foi em uma roda de
248 conversa que o deputado Goura fez em Francisco Beltrão com algumas mulheres e as
249 doulas, e depois dessa reunião entrou em contato para ver se ela poderia averiguar o que

250 estava acontecendo, portanto ela entrou em contato com um colega de Francisco Beltrão
251 que acionou o Conselho e o NUMAPE, e a partir daí começaram a fazer contato e
252 articular, a Conselheira Isabela diz que quer acreditar que pelo fato dessas denúncias
253 serem em sua maioria pelo SUS, a violência obstétrica é localizada, por que se no
254 procedimento a equipe médica age dessa forma, vai se repetindo, não sabe dizer se as
255 pessoas criam um *modus operandi* na hora do atendimento que banaliza a violência, mas
256 diz que é muito interessante e que essa ferramenta pode ser expandida, não sabe como
257 fariam isso via Secretaria, porque em Paranavaí não se tem a comarca da Defensoria
258 Pública, então teria que ver o acesso e roga que seja aplicado porque precisam de dados,
259 a Dra. Mariana diz que a idéia inicial eram os dados, e então com a colocação no fluxo,
260 ela acha que não podem pedir para que as mulheres preencham o formulário e não dar
261 nenhum retorno, usar apenas para fins estatísticos parece que vai gerar uma expectativa
262 que podem não conseguir responder, por isso a idéia é que consigam pelo menos dar o
263 retorno com o acolhimento e encaminhamento, e fala que gostaria de pedir a
264 colaboração das conselheiras, acredita que muitas façam parte dos conselhos municipais,
265 do conselho da saúde, para que assim que o formulário estiver na plataforma que irá
266 junto a uma cartilha orientativa direcionado as mulheres que não tem acesso ao que é
267 violência obstétrica, de forma simplificada, pedir que divulguem, para que possam fazer
268 um mapeamento e ter adesão a esse formulário, porque se, tem um formulário e ninguém
269 preenche, faz a denúncia, de nada vai servir, a Conselheira Silvana Rausis pede a
270 palavra e pergunta se nesse formulário consta se a parturiente, se a paciente é menor,
271 porque se ela for menor, de onde se origina essa gravidez, se é vítima de violência, se foi
272 em casa, se foi de membros da família, da vizinhança, porque aí se tem dados formais e
273 podem cruzar e se essa paciente gostaria de apoio psicológico porque isso é
274 fundamental, a Dra. Mariana diz que concorda e irá anotar as contribuições, fala que
275 ainda estão em processo de adequação, então já tinham a intenção de colocar por idades,
276 porque sabem que as adolescentes são mais vulneráveis a violência e tem essa questão
277 que é muito preocupante, a Conselheira Carmen parabeniza Dra. Mariana e fala que o
278 que ocorre a ela quando Mariana falou do Observatório apesar de que se pode juntar as
279 duas coisas, constituir um observatório e estar no fluxo como recepção de denúncia, mas
280 acredita que a dificuldade maior que tem em relação ao observatório da violência

281 obstétrica é a dificuldade que as mulheres tem em reconhecer a violência obstétrica e diz
282 que é muito oportuna essa idéia de fazer uma cartilha, então ela diz que lhe ocorreu uma
283 sugestão de fazer uma pesquisa com as gestantes através de alguma forma, direcionar
284 um formulário onde elas possam marcar exatamente o que aconteceu durante o seu
285 parto, se houve pressão no seu ventre, houve corte na região perianal, fala que ela só foi
286 aprender o que era violência obstétrica depois de dois partos, quando começou a mexer
287 com isso e hoje sabe que foi uma mulher violentada, porque a pessoa fica nas mãos dos
288 médicos e a equipe já está tão habituada que este é o procedimento padrão, que até
289 quebrar esses paradigmas irá levar um bom tempo, no parto eles tomam conta do seu
290 corpo e do seu momento e fazem o que a medicina indicou fazer, então acredita que
291 precisam estimular a aparecer esse problema, não sabe exatamente a forma de como
292 farão isso mas podem pensar nisso juntas, o Ministério da Saúde fazia há muito tempo
293 atrás algumas enquetes com pessoas internadas, ele direcionava um email com um
294 formulário para essas pessoas que eram obrigadas a respondê-lo, então com essas
295 respostas eles faziam uma avaliação, porque se não se provocar dificilmente essa
296 denúncia vem, a Dra. Mariana diz que concorda e que nos atendimentos que foram feitos
297 na Defensoria as mulheres vinham com um relato que ela entendia como violência
298 obstétrica, e de fato era o mais alarmante, com xingamentos e tudo, e conforme a
299 parturiente ia contando o que aconteceu durante o seu parto viam que havia uma série de
300 outras violências as quais ela foi submetida, a lei de violência obstétrica fala que nos
301 hospitais devem ter cartazes orientando essas mulheres, então também precisa-se fazer
302 essa fiscalização se esses cartazes de fato estão lá, lógico que não é só isso que vai
303 fazer essa educação em direitos, mas acredita que é uma ferramenta importante e
304 agradece a conselheira Carmen, A Conselheira Carolina Poliquesi pede a palavra e
305 agradece pela apresentação da Dra. Mariana enquanto trabalho conjunto do Estado,
306 entre poder Executivo, entre Defensoria do Estado e vê que isso é resultado de um
307 movimento que vem lá de 2017 e 2018 quando esse Conselho trabalhou sobre a
308 legislação que é a 19.701 que é de enfrentamento a violência obstétrica e direitos da
309 parturiente, depois tiveram um certo percalço com o artigo terceiro que a Mabel Canto
310 incluiu, mas que finalmente saiu essa regulamentação também com a participação do
311 Conselho do NUDEM, de todas as Instituições de Saúde, da ABENFO, enfim, para que

312 essa regulamentação saísse, não só sobre o artigo terceiro mas muito mais sobre toda
313 legislação inicialmente posta, e que nos traz esta demanda, isto está previsto na lei que
314 construíram e que agora precisam colocá-la em exercício, tanto a Defensoria, como os
315 outros meios de denúncia, a própria Secretaria de Saúde e fala que estão se organizando
316 nesse sentido, que já tem alguns instrumentos que os fortalecem tais como, a linha guia e
317 o plano de parto na carteira da gestante, todas essas ações e que já notam um
318 desdobramento nos municípios como é o caso de Francisco Beltrão, então é uma
319 demanda que vem do Conselho da Mulher de lá e que já está envolvendo a Secretaria
320 Municipal de Saúde de lá, que está envolvendo a Secretaria Estadual de Saúde em nome
321 da oitava regional, fala que foi convidada para participar da reunião, participou da mesma
322 e na mesa estava a representante das doulas e a representante dos hospitais, então
323 assim regionalizar de fato essa discussão, diz que acredita que foi muito positivo e que
324 agora começarão a ter mais demandas, que era isso que desejaram, e como já foi
325 colocado na reunião, sabe-se que não é uma situação específica de Francisco Beltrão,
326 que não é uma situação específica do Paraná esse modelo de assistência violenta,
327 intervencionista e médico centrada é um problema do Brasil, fala que, hoje no Brasil não
328 se está tendo uma força tarefa maior nacional como já teve anteriormente, então acredita
329 que isso é uma fortaleza do Estado, que precisam proteger e usar como exemplo para
330 outros estados, realmente fazer valer, diz que em relação aos cartazes eles tem 180 dias
331 para serem levados a prática, que estão trabalhando para isso, não querem fazer um
332 cartaz unilateral da Secretaria, querem ver se realmente estão comunicando o que de
333 fato querem comunicar, fala que ainda que se tenha um olhar negativo sobre a violência
334 obstétrica, agora tem meios para falar sobre conscientizar e de entender o demandado
335 por essa legislação que tanto desejaram, finaliza falando que são essas as suas
336 considerações e agradece novamente, a palavra é passada para a Conselheira
337 Margleyse que deseja uma boa tarde a todas, parabeniza Dra. Mariana pela
338 apresentação e diz que estão realmente precisando ter esse mapeamento, saber mais
339 quais são as violências que as mulheres enfrentam, mas que gostaria de fazer uma
340 provocação de também fazerem um estudo junto as crianças que estão sofrendo abuso,
341 com zero anos já tem um índice muito alto de crianças que estão sendo abusadas, faz
342 essa provocação para que o Conselho de Mulheres pense também nas meninas que

343 estão sendo abusadas, porque em sua maioria são as meninas menores que passam por
344 essa situação, então gostaria que pensassem um pouco por essa outra face que passa
345 despercebida, porque muitas vezes só se pensa na mulher adulta mas existem índices
346 muito altos de abuso de crianças de 0 à 2 anos no Paraná, a Dra. Mariana pede a palavra
347 para fazer um comentário, dizendo que havia pensado em falar hoje da questão da
348 violência obstétrica, por isso não falou especificamente das crianças meninas, mas
349 acredita que possam pautar isso em uma próxima reunião para falar da questão do
350 enfrentamento da violência sexual nas meninas que são as maiores vítimas, cita o
351 exemplo recente do caso da menina de onze anos que sofreu violência sexual e acabou
352 engravidando e a questão do acesso ao abortamento legal, acha que é uma questão
353 importante para que discutam no Conselho, a menina que está gestante que sofre
354 violência obstétrica, nessa questão tem problemas adicionais porque ela não deveria
355 estar gestante e se está gestante é porque sofreu abuso e em termos legais no caso de
356 crianças não se discute se houve consenso ou não, agradece e termina a fala, a
357 Presidente Walquíria diz que foi muito pertinente a questão da violência sexual nas
358 crianças, que para próxima reunião podem ter isso como uma pauta e fala que quer fazer
359 uma justa posição do que as Conselheiras Silvana, Carmen e Carolina colocaram em
360 referência ao exposto da violência obstétrica, no seu olhar como psicóloga, acredita ser
361 importante ter um preparo da parturiente antes e após o parto, quantas depressões pós-
362 parto se tem, quantas situações de doença mental que podem se desencadear após o
363 parto, a ansiedade, a depressão, insônia, medo, tudo isso é muito prejudicial a essa mãe,
364 tanto antes do parto, no período do parto quanto no pós-parto e isso prejudica até na
365 questão do aleitamento materno do bebê, então se a mãe não está bem enquanto mãe e
366 ainda sofrer uma violência durante o parto, questiona quantas consequências tanto a
367 mãe quanto o filho terão, fala que dentro da situação psicológica deve se colocar no lugar
368 dessa mãe, porque só quem passa por isso que sabe dizer o que está acontecendo, fala
369 que foi bem colocado pela Carmen em relação ao que acontece na hora do parto, do
370 corte, se era realmente necessário, quanto foi cortado, muitas vezes sabem que o médico
371 faz esses comentários e os mesmos para as mulheres é chocante, pois já estão em um
372 momento fragilizado, também podem estar correndo risco de vida, diz que ela já passou
373 por isso no momento do parto, então são situações para se colocar no lugar do outro e

374 ver por uma outra ótica o que é que pode estar acontecendo com tantas outras mulheres,
375 questiona quantas violências se tem no dia a dia, então é um olhar que se tem que ter
376 daqui para frente enquanto Conselho, verificarem se está tendo um acompanhamento, se
377 o hospital oferece, se o Estado oferece este atendimento de orientação psicológica
378 durante o período gestacional dessa mãe e se no pós-parto existe uma visitação de uma
379 psicóloga na enfermaria ou no quarto dessa mãe, isso é muito importante e fala que essa
380 seria a sua contribuição, a palavra é passada para a Conselheira Silvana Rausis que fala
381 que concorda plenamente e que tem uma ressalva para a Margleyse, diz que ela
382 levantou um fator muito importante sobre as meninas abusadas, mas que também diz
383 respeito aos meninos, que eles também são vítimas de agressão e o relato deles não
384 acontece, pelo contrário, na maioria ficam calados e quanto mais esses meninos ficarem
385 calados mais agressores terão, então se tem um quadro que envolve a violência sexual
386 de meninos e meninas, de crianças especiais, de uma série de circunstâncias e acredita
387 que deveriam se juntar a criança e o adolescente, fazer uma parceria com entidades
388 representativas, para terem um trabalho conjunto sobre essa geração, por que imagina
389 como serão essas pessoas no futuro por mais apoio psicológico que se dê, fala do caso
390 do anestesista do Rio de Janeiro que escancara, então perante essa prerrogativa, não
391 estamos avaliando uma situação por acaso, tem dados que apontam não só para
392 violência obstétrica mas para um comportamento completamente alucinante dentro de
393 uma sala de parto e finaliza a sua ressalva, a Conselheira Margleyse responde falando
394 que é isso mesmo, que se tem um quadro de meninas mas também um quadro bem
395 grande de meninos de todas as idades sofrendo abuso e às vezes esquecemos um
396 pouco que são crianças e debatemos bastante sobre os adultos, não que não seja
397 necessário, mas precisa se fazer todos os debates possíveis com todas as idades,
398 Margleyse se coloca à disposição de Silvana para participar da parceria com entidades
399 representativas e agradece, não tendo mais nada a tratar passa-se para o próximo ponto
400 da pauta; item sete; **7) Definição do Fundo Estadual de Políticas para as Mulheres**
401 **haja vista que, é época da definição de orçamento;** A Conselheira Maria Isabel
402 cumprimenta a todas e fala que trouxe esse assunto para que se lembre que tiveram a
403 garantia do Secretário anterior Ney Leprevost, que quando da posse das novas
404 Conselheiras dessa gestão seria implantado o Fundo Estadual da Mulher, que é um

405 fundo estadual das políticas para mulheres e que esse fundo se articula com esses
406 Municípios que estão querendo criar Conselhos e poderiam repassar fundo a fundo para
407 os Municípios para que eles também tenham garantia de buscar políticas que as vezes
408 não estão enquadradas no orçamento dos mesmos, então tem-se duas questões a serem
409 colocadas, a definição do orçamento na Assembléia Legislativa, esse Conselho não tem
410 nem idéia de que fatia desse orçamento está sendo colocada para a política das
411 mulheres e não se tem até agora nenhum “aceno” do atual Secretário de que ele vai
412 honrar aquilo que o Secretário anterior colocou com relação a criação do Fundo Estadual,
413 porque embora seja outro Secretário o governo é o mesmo, então acredita que essa é
414 uma cobrança pertinente porque foi feita enquanto Secretário de Estado e não enquanto
415 pessoa do Ney Leprevost, fala que essa é uma questão que ela traz principalmente para
416 as Conselheiras Governamentais e especialmente para as Conselheiras da SEJUF, para
417 que se empenhem ao máximo para buscar os recursos que estejam disponíveis para as
418 políticas das mulheres e além disso para a criação do fundo, talvez até com destinação
419 de alguns desses recursos próprios do orçamento do Estado, pois o fundo já sabe-se que
420 ele pode ter recursos oriundos de outras procedências, então traz esse assunto para que
421 façam uma reflexão no Conselho e não deixem passar, porque fazem as discussões
422 nesse Conselho e são importantíssimas mas se não tiverem os recursos não podem ter
423 acesso a nenhuma das políticas que precisam e finaliza dizendo que é essencial que
424 consigam avançar nesse sentido, a colaboradora Silvane Farah pede a palavra uma vez
425 que está desde o começo verificando essa possibilidade, fala que há um interesse grande
426 do atual Secretário no lançamento do Fundo Estadual da Mulher, diz que a Presidente
427 Walquíria já discutiu com ele sobre isso, é uma pauta que ele tem interesse e está as
428 auxiliando nessa questão, diz que foram buscar sobre a negativa que tiveram
429 anteriormente da Secretaria da Fazenda em relação a criação do Fundo Estadual dos
430 Direitos da Mulher, e diz que juridicamente falando, colocaram a Dra. Gabriele e hoje
431 também o Dr. Edison Camargo que é outro advogado que está auxiliando nessa pauta e
432 fazendo um estudo perceberam que da forma como foi solicitado anteriormente, não
433 teriam condições da criação do fundo uma vez que a Secretaria da Fazenda tem
434 dificuldades de repassar esses recursos, e a LOA da política da mulher não prevê
435 recursos para a criação de fundo estadual, então fizeram uma reunião com o Tribunal de

436 Justiça do Paraná, com a coordenadoria que é o CEVID, através da Desembargadora
437 Dra. Ana Lúcia, estiveram lá pessoalmente conversando com eles para ver se poderiam
438 fazer uma solicitação de recursos através do FUNREJUS, e uma série de recursos que o
439 tribunal arrecada, porque eles tem um montante desses recursos para repasses e uma
440 parte bem grande em relação a violência contra a mulher, então colocaram essa questão
441 para a Desembargadora se teriam essa possibilidade, e ela se colocou a disposição para
442 fazer o estudo junto ao Presidente do Tribunal, já foi encaminhado um ofício, foi aberto
443 um protocolo, enviado para o Gabinete do Secretário Rogério Carboni e ele já enviou
444 esse ofício para o Tribunal de Justiça, então encontra-se nesse tramite de que seja
445 repassado para que o Tribunal coloque um percentual de repasse e nesse momento se
446 está nessa fase da criação do Fundo, fala que estão acompanhando, que todos do
447 departamento querem muito que isso aconteça, sabem da necessidade e por isso estão
448 estimulando a criação de Conselhos Municipais, porque sabem que o repasse só chegará
449 aos Municípios que tiverem Conselho, fala que espera que para a próxima reunião se
450 tenham mais dados em relação a criação do Fundo Estadual, mas que enquanto
451 departamento estão vendo formas efetivas da criação desse Fundo, porque as vezes só
452 se vê uma forma de criação e não se consegue chegar ao objetivo final, fala que estão
453 pensando também em mandar um ofício para o DETRAN do Paraná, uma vez que tem
454 um estudo em relação as multas e toda arrecadação de recursos, pensa em fazer um
455 ofício pedindo para eles fazerem um aporte na criação do Fundo Estadual dos Direitos
456 da Mulher, diz que estão buscando através do Governo ver quais fontes conseguem
457 atingir nessa pauta da política para mulheres para fazerem a criação do fundo, a
458 Conselheira Carmen fala que as vezes tem dificuldade para entender o âmbito de ação
459 de um fundo e pergunta em que pode se usar esse dinheiro, porque por exemplo, o
460 Fundo da Criança avalia projetos de entidades e esses projetos que são aprovados
461 recebem um valor do Fundo, pergunta se seria esse o uso do Fundo, pede que se
462 explique qual o âmbito de atuação de um Fundo, o que ele pode fazer, o que ele pode
463 financiar, para quem ele pode remeter valores, para que se possa entender mais sobre a
464 importância da criação do Fundo e a outra proposta que ela gostaria de fazer é que a
465 SEJUF, no caso o Departamento de Política para Mulheres, apresentasse na próxima
466 reunião, na LOA desse ano quais são os recursos que o Departamento tem e para que,

467 para que possam ter uma noção do aporte de recursos que tem, fala que todas as outras
468 Secretarias que tem na sua LOA as ações de acordo com o que foi visto no plano, ações
469 que cumprem o plano e pergunta da SEJUF o que tem de recurso, a colaboradora
470 Silvane responde aos questionamentos dizendo que, primeiramente para a criação do
471 Fundo precisa-se denominar a fonte do recurso desse plano estadual, então não se pode
472 criar um fundo, um CNPJ, uma conta, sem falar de onde vem o recurso e é nesse
473 caminho que estão buscando parceiros para a criação do fundo, acredita que o Tribunal
474 de Justiça será parceiro, que por exemplo, irá designar 0,001% das multas dos
475 agressores, enfim ainda estão vendo essa questão e assim que eles designarem o
476 percentual para o DPM pode-se então criar o Fundo, fala que não se pode criar o Fundo
477 sem uma fonte básica portanto anualmente irá entrar esse montante de recurso, que não
478 se sabe a quantia exata mas, é essa parceria que estão tentando com vários setores do
479 Governo, então após a criação do fundo, após o aporte dos recursos já poderão fazer
480 várias ações para aumentar o Fundo, uma das ações é estimular que o Imposto de
481 Renda da Pessoa Física seja colocado no Fundo Estadual dos Direitos da Mulher, mas
482 isso não pode ser na criação, tem que ser depois, então depois da criação do fundo
483 precisam ver junto ao Conselho como serão repassados esses recursos, se será através
484 de projetos, através de ações, e todo repasse de recursos só acontecerá após a
485 aprovação do Conselho, fala que enquanto Departamento, enquanto uma Secretaria do
486 Estado, Justiça e Trabalho, não poderão fazer o repasse sem que o Conselho aprove o
487 mesmo, aprove para qual Município, aprove para qual projeto estão designando esses
488 recursos, só o Conselho poderá aprovar, como acontece em todos os outros Conselhos
489 que tem recursos, o Conselho do Idoso, da Criança e do adolescente, da Assistência
490 Social, portanto o DPM pode apenas ver qual a forma de repasse, mas o fundo só pode
491 ser repassado através dos Conselhos, diz que para os Municípios que tiverem Conselho
492 será mais tranquilo fazer o repasse dependendo do projeto que o Município apresentar,
493 então são formas que terão que estudar, mas a princípio já é dessa forma, o Conselho é
494 soberano no repasse de recursos e na aprovação dos projetos para que sejam
495 repassados aos Municípios esses recursos, e finaliza a sua explanação, a Conselheira
496 Silvana Rausis pede a palavra para fazer uma pergunta e inicia sua fala dizendo que
497 todos os Ministérios tem recursos por exemplo provenientes de multas e pergunta se

498 elas enquanto Conselho podem requerer esses recursos, Silvane responde que acredita
499 que depois da criação do Fundo podem , mas durante o processo de criação não, porque
500 a primeira pergunta que se faz é qual a fonte do recurso, então depois que tiverem criado
501 o Fundo sim, mas pensa que também podem fazer uma pequena comissão da criação do
502 fundo estadual para auxiliar no repasse desse ofício para mais órgãos, fala que esse
503 ofício já foi repassado para os dois órgãos que falou, mas que podem buscar esse
504 recurso em muitos outros lugares, que gostaria de lançar esta ideia e fala que se alguém
505 deseja participar dessa comissão e auxilia-las seria bem interessante, a Conselheira
506 Silvana Rausis diz que se coloca a disposição e diz que vê o porque desses recursos
507 estarem estagnados, porque não existe demanda para esses grandes fundos, cita o
508 exemplo da fomento Paraná, que recebeu da França milhões na gestão passada a serem
509 aplicados, através de solicitação de empresas, pessoas e entidades e não se sabe se foi
510 prestado contas quanto a isso, mas seria o caso de averiguar, pois tem mulheres em
511 todos os segmentos, tem conselho em todos os lugares e podem trabalhar até por
512 segmentos, fala que a Isabel foi eloquente junto ao Secretário da SEJUF no dia em que
513 ela se pronunciou, citando todos os segmentos, falou de todos os programas, isso está
514 registrado, foi documentado e foi nesse encontro que ele se comprometeu, então já tem-
515 se essa fundamentação que a Isabel deu pelo Conselho, a Colabora Silvana Farah
516 concorda e diz que a Presidente Walquíria vem com essa sinalização também, de que
517 existem mulheres em todos os departamentos, no departamento da criança e do
518 adolescente, da pessoa com deficiência, do idoso, então a política das mulheres ela não
519 perpassa só para mulheres a partir de dezoito anos mas em todos os setores se tem a
520 representatividade da mulher e tem-se visto nessa nova gestão o quanto os
521 departamentos estão em sintonia e o quanto tem percebido a questão da mulher em
522 outros setores, então acredita que seja bem pertinente e que esse é o momento de
523 buscarem essa interlocução com outros departamentos, a Conselheira Maria Isabel fala
524 que é preciso dar encaminhamento a solicitação da Conselheira Carmen e diz que em
525 sua fala inicial colocou também a questão dos recursos que o próprio departamento da
526 mulher tem, que não se tem ideia, por exemplo esse ano no novo orçamento o
527 departamento vai ter mais recursos, menos recursos, no que esses recursos podem ser
528 usados, pois certamente ano que vem provavelmente terá uma Conferência de Política

529 para Mulheres, então precisam ter ciência de quais recursos se tem e no que podem ser
530 aplicados enquanto política para as mulheres no estado do Paraná, a Presidente
531 Walquíria diz que estão pleiteando o aumento dos recursos, fala que estão todas as
532 semanas “batendo na porta” do GOFIS Grupo Orçamentário Financeiro Setorial da SEJUF,
533 que estão trabalhando muito, porque o Departamento da Mulher precisa aparecer,
534 precisa dizer que tem o recurso e precisa fazer as ações, que nas reuniões desse
535 Conselho pretendem sempre estar repassando o que está acontecendo na busca desses
536 recursos e o encaminhamento da solicitação da Maria Isabel e da Carmen já está
537 apontado nas anotações, a Conselheira Lara Cubis pede a palavra e fala que a pauta
538 trazida pela Maria Isabel é muito importante porque esta reunião com o antigo Secretário
539 em dezembro do ano passado, já se passaram oito meses e talvez seja o caso de se
540 colocar como pauta permanente porque só se tem até agora a movimentação para
541 criação do Fundo, ela acha que se deve fazer um monitoramento periódico para que esse
542 assunto não caia em esquecimento, que não se deixe passar muito tempo para discutir e
543 monitorar, que deve-se efetivar a criação da comissão já apontada nessa reunião, e que
544 não sabe se deve se colocar a questão como pauta permanente, de monitoramento ou
545 que ações deveriam ser feitas para que não passem meses e não se tenha um resultado
546 efetivo, a Presidente Walquíria comenta para lembrarem que estão todos os dias, toda
547 semana “batendo nas portas”, que estão caminhando, porque o Departamento de Política
548 para Mulheres e esse Conselho são muito importantes, que é uma caminhada e estão
549 abraçando essa causa, reestruturando o Departamento porque querem uma caminhada
550 que apareça, de valores, que tenha um incentivo, diz que como veio de uma base não
551 “caiu de paraquedas” e sendo base sabe o que se precisa na ponta então a sua política
552 de trabalho é de estar voltada a “bater nas portas”, para que as pessoas vejam que elas
553 precisam ser assistidas, ser olhadas, que sua dignidade tem que ser respeitada, chega
554 de machismos, do machismo tomar conta das mulheres, então estão fazendo o melhor e
555 cada resposta que se tenha dos seus avanços será socializada no Conselho, inclusive diz
556 que foi convidada para ir a Cascavel fazer uma fala na reunião descentralizada da
557 pessoa idosa e nessa reunião ela conseguiu amarrar o Estatuto do Idoso, a lei Maria da
558 Penha e a lei da Violência Psicológica, porque as mulheres são a maioria das pessoas
559 idosas, mulheres que sofrem a violência enquanto idosa, a violência psicológica e

560 também se tem a violência contra a mulher propriamente dita que está posta na lei Maria
561 da Penha, então o que foi visto nessa reunião é que a violência psicológica, a violência
562 patrimonial, a violência emocional que as idosas estão sofrendo é muito grande e é muito
563 triste saber que essa violência acontece dentro do contexto familiar, finaliza dizendo que
564 era isso que queria socializar no Conselho, que elas do Conselho tem que estar juntas,
565 abraçar a causa das mulheres juntas e agradece por permitirem a ela trazer essa
566 colocação explanada; e passa para o próximo ponto da pauta; item oito; **8)**
567 **Definição/Apresentação da Comissão de monitoramento do Plano Estadual;** A
568 Conselheira Maria Isabel que diz não estar presente na última reunião, mas coloca que já
569 se tem uma Comissão constituída de Conselheiras que se reuniu e essa pauta seria para
570 essa Comissão trazer para o Conselho aquilo que foi trabalhado nessa reunião que
571 tiveram, a Conselheira Carmen inicia falando em nome da Comissão, diz que nessa
572 reunião estavam presentes Lara da RFS, Carolina da SESA, Joseli da Casa Civil e
573 Juliana da SEPL, nessa reunião conseguiram montar uma proposta de como fazer o
574 monitoramento, sendo esse feito através de uma planilha a ser endereçada as
575 Secretarias para fazer esse monitoramento, Carmen passa a palavra para a Conselheira
576 Carolina que fala que uma das coisas que foram tratadas na reunião, foi a questão de se
577 ter um padrão de monitoramento, que a planilha padronizada pudesse ser enviada com
578 antecedência para as Secretarias e sempre que fosse enviada para as Secretarias seria
579 o último monitoramento para dar andamento ao subsequente, diz que fizeram uma
580 proposta de calendário de entrega para as Secretarias, definiram que o monitoramento
581 deveria ser anual, que no início de cada ano tem monitoramento do plano, sendo que
582 seriam distribuídas as planilhas a cada mês para duas Secretarias, diz que foi perguntado
583 na reunião se a Comissão deveria ter reuniões extraordinárias de monitoramento mas
584 nada foi definido, fala que seria importante que pudessem centralizar na SEJUF as
585 última planilhas de monitoramento porque as pessoas dentro das Secretarias que fazem
586 o monitoramento devem pegar sempre a última planilha então seria ideal essa
587 centralização, caso mudem as pessoas que fazem o monitoramento nas Secretarias isso
588 facilitaria o acesso as mesmas, finalizando diz que foi basicamente essas as questões
589 que discutiram, a Conselheira Carmen pergunta se a planilha e o relato podem ser
590 compartilhados em tela, a Colaboradora Silvane responde que quem estava presente na

591 reunião da Comissão era a Colaboradora Dra. Gabriele que não está presente hoje, está
592 em férias, portanto não se pode compartilhar, porém o assunto vai ser retomado com
593 Gabriele e que inclusive o DPM já abriu um e-protocolo para a pessoa responsável pela
594 Política da Mulher de cada Secretaria com a sua ação específica que está no Plano e diz
595 que era essa a meta que tinham pensado para monitoramento do mesmo, pergunta se
596 todas concordam, se isso vai auxiliá-las nesse processo de monitoramento, a
597 Conselheira Carolina diz que o modelo da planilha de monitoramento, a parte escrita, o
598 email escrito já estão prontos para enviar as Secretarias, encontram-se salvos no
599 computador da Dra. Gabriele, fala que as Secretarias já devem saber quais são os meios
600 de monitoramento de todos os anos porém, devem alertá-los com antecedência a partir
601 desse email para que as pessoas responsáveis já estejam se preparando durante o ano,
602 a Colaboradora Silvane se compromete em conversar com Dra. Gabriele e enviar esse
603 material a todas as Conselheiras para verem e opinarem sobre o trabalho que foi
604 desenvolvido na reunião da Comissão de Monitoramento, não tendo mais nada a tratar
605 passa para o próximo ponto da pauta; item nove; **9) Apresentação dos dados de**
606 **mortalidade materna – Comitê de Morte materna, Infantil e Fetal;** A Conselheira
607 Carmen Ribeiro inicia falando que ela é representante do Conselho no Comitê de Morte
608 Materna, Infantil e Fetal da Secretaria de Estado da Saúde, esse Comitê avalia todas as
609 mortes de mulheres em idade fértil e também as mortes infantis e fetais para definir se
610 ela é considerada uma morte materna ou não e a causa, ou seja, destrinchar como foi
611 esse óbito, quando foi esse óbito, porque ocorreu esse óbito e tudo o mais, então de
612 quatro em quatro meses o Comitê se reúne e a SESA apresenta o resultado desse
613 trabalho, portanto como a Carolina faz parte desse Comitê seria mais pertinente que ela
614 mesma que é da SESA apresente esses dados que vem acumulados do ano passado e
615 desse primeiro quadrimestre desse ano, então passa a palavra para Carolina Poliquesi
616 que inicia compartilhando o slide que mostra o gráfico da série histórica e frequência de
617 óbito Materno de 2018 à 2022, por esse gráfico percebe-se um aumento de número de
618 mortes em 2019, 2020 e 2021 e esses dados de 2021 com maior razão de mortalidade
619 foram muito influenciados em razão do covid porém, hoje não se tem mais óbito materno
620 por covid no Estado do Paraná desde outubro do ano passado, que é resultado da
621 vacinação, mostra que o gráfico é padronizado, é de 22 de julho de 2022, esses dados

622 vão sendo atualizados e a razão de mortalidade materna é calculada conforme o número
623 absoluto de óbitos maternos para cada 100 mil nascidos vivos lembrando que em nosso
624 Estado os dados são de uma média de 150 mil nascidos vivos por ano, fala que os dados
625 de 2022 são preliminares porque os óbitos de 2022 estão entrando e sendo analisados,
626 as declarações de nascidos vivos estão entrando e isso faz com mude o numerador e
627 denominador dessa razão, portanto o gráfico mostra que hoje, em 2022 se tem 24 óbitos
628 maternos declarados, analisados e uma razão de mortalidade de 33, continua a
629 apresentar o próximo slide que mostra a Razão de Mortalidade Materna segundo
630 Regional de Saúde do Paraná onde se pode notar no mapa as regiões em vermelho são
631 as que tem um índice maior de óbitos maternos, e são as cidades onde eles fazem uma
632 ação mais específica se deslocando até as mesmas, tais como Maringá, Apucarana,
633 Ponta Grossa, Irati, Paranaguá, nos slides mostra os mapas regionais de 2021 e de 2022
634 e faz um comparativo dizendo que em 2022 se tem uma situação um pouquinho mais
635 confortável do que em 2021, mas nem por isso esquecem essas regiões, fala que
636 estiveram em Cornélio Procópio, Ivaiporã, Francisco Beltrão e vão trabalhando conforme
637 esses dados, depois passa a mostrar o próximo slide que apresenta o Percentual de
638 Óbitos Maternos por Local de Ocorrência onde se tem o maior número em hospitais
639 porque hoje 97% dos nascidos vivos nascem em hospitais, no próximo slide mostra o
640 Percentual de Óbitos por Faixa Etária onde se nota o maior número de óbitos maternos
641 em primeiro mulheres de 30 à 39 anos e em segundo lugar mulheres de 20 à 29 anos
642 que são basicamente as mulheres em idade fértil, logo após mostra o Percentual, por
643 Raça e Cor, com preponderância da Cor Branca e seguida pela Cor Preta e Cor Parda,
644 por Escolaridade, sendo a maior parte óbitos de mulheres com ensino médio completo,
645 seguido de superior completo, não deixando de considerar que mulheres com menos de
646 3 anos de escolaridade encontram-se também no risco intermediário, por Período de
647 Óbito, sendo a maior parte até 42 dias no puerpério e em seguida no período da gravidez,
648 Por Causas Obstétricas diretas, que mostra que em 2020 e 2021 as mortes obstétricas
649 indiretas subiram por causa do covid, mas o comum é por causas obstétricas diretas ou
650 seja aquelas diretamente ligadas a gestação e que tem como causa principal a
651 hemorragia pós parto, Por Evitabilidade, sendo a maior parte sendo evitáveis, diz que
652 vale ressaltar que a morte materna por covid é evitável porque ele é um vírus de

653 transmissão e pode ser evitado com precauções de contato e pela vacinação, Por
654 demora, explica que quando se trata de demora 1 é quando a própria gestante avalia seu
655 risco, demora 2 é de acesso ao serviço e demora 3 é de qualidade do serviço, nota-se
656 uma prevalência na demora 3 qualidade, seguida pela demora 1 sintomas da própria
657 mulher em terceiro lugar a demora 2 acesso ao serviço, no próximo slide mostra o
658 Percentual de Óbito materno por Estratificação, que demonstra o maior número de Óbitos
659 no grupo Alto Risco seguida do Risco Habitual e por terceiro o Risco Intermediário, diz
660 que o que nos chama a atenção são essas gestantes do Risco habitual que a princípio
661 não deveriam ter desfechos desfavoráveis e que no Alto Risco encontram-se as mulheres
662 que tem comorbidades tais como, diabetes, hipertensão, obesidade, no próximo slide
663 mostra o Percentual de Óbitos Maternos Declarados e Suspeitos por Covid no Paraná
664 segundo vacinação em 2021, demonstra que 92 % dos óbitos foi de mulheres sem
665 registro de vacinação, 7% com uma dose de vacina e 1% com 2 doses de vacina sendo
666 que esse 1% de caso está ainda em investigação, próximo slide mostra o Percentual de
667 Óbitos Declarados e Suspeitos por Mês de Ocorrência, onde o gráfico demonstra a
668 situação mais crítica que foi em maio e junho de 2021 no início da vacinação contra covid
669 quando teve-se 1 óbito no Rio de Janeiro com a vacina Astrazênica, ficando assim
670 suspensa a vacinação em gestantes no Brasil, porém o Paraná manteve a vacinação,
671 com as vacinas Coronavac e Pfizer, prossegue falando, agora da Mortalidade Infantil e
672 Fetal falando que o cálculo da Taxa é feito pelo número de óbitos Infantis para cada mil
673 nascidos vivos e que eles fazem a diferenciação entre óbitos Fetal e Infantil a partir de
674 dados de crianças de 0 à 1 ano, as que morrem nos primeiros 28 dias de vida, tudo muito
675 influenciado pela assistência no pré natal e parto e o que se demonstra no gráfico é a
676 prevalência na taxa de mortalidade infantil neo natal precoce, ou seja, aquela até sete
677 dias de vida por isso a importância da visita da Equipe de Saúde ao bebê até o quinto dia
678 útil de vida, segue falando da Mortalidade Infantil por Regional do Estado onde os dados
679 demonstram que a cidade de Cianorte tem a menor taxa, isso é fruto de ações e que
680 focam o olhar para ações em outras cidades que tem taxas de mortalidade mais
681 elevadas tais como Paranaguá, Ponta Grossa, Cornélio Procópio, Paranavaí, como
682 mostram os dados e já estão fazendo algumas ações diretamente com as Regionais de
683 Saúde, continua explanando agora da Proporção de Óbitos por Peso ao Nascer onde se

684 pode verificar pelos dados que bebês que nascem com menos de 2,5 Kg tem o maior
685 percentual de morte, fala que focam então o olhar para os bebês que nascem com 2,5 kg
686 ou mais que são os com maior vitalidade e não deveriam morrer, prossegue mostrando a
687 Taxa de Mortalidade Segundo Escolaridade e por Ano de Escolaridade da Mãe, que se
688 assemelha com a razão já mostrada anteriormente, Taxa de Mortalidade Infantil Segundo
689 Raça Cor que demonstra maior Taxa em Cor Branca seguida de Parda e em terceiro
690 lugar Preta, por Faixa Etária da Mãe onde nota-se a maior taxa de mulheres em idade
691 fértil, Taxa de Mortalidade Infantil por Causas Evitáveis demonstra que a maior taxa é
692 evitável, reduzível, por adequada atenção a mulher na gestação, fala que as questões de
693 causas evitáveis são todas relacionadas à gestação, ao parto, a promoção a saúde,
694 continua a apresentação falando da Taxa de Mortalidade Infantil por Causa de Óbito, a
695 maior taxa é a causa afecções no período perinatal e também mal formações congênitas
696 e assim termina sua apresentação dizendo que está a disposição, a Conselheira Carmen
697 comenta que o que ficou mesmo em destaque na última reunião do Comitê de Morte
698 Materna, Infantil e Fetal da Secretaria de Estado da Saúde foi realmente a mortalidade
699 causada pelo covid onde estourou todos os índices e em função disso foi pedido para
700 que a SESA apresenta-se ao Comitê um detalhamento maior sobre as mortes por covid
701 para fechar essa análise, que ficou de se agendar uma reunião extraordinária para
702 trazerem esses dados e também foi pedido que a SESA trouxesse uma posição de como
703 está o funcionamento do Comitê, diz que faz parte do Comitê e comparece nas reuniões
704 que tem duração de duas horas de quatro em quatro meses, porém não tem a “vida” do
705 Comitê que se dá no nível técnico da SESA então pediu para eles trazerem como está
706 esta dinâmica, como eles fazem as análises, se outras pessoas além da SESA estão
707 participando, pessoas de câmaras técnicas, porque o objetivo do Comitê é ter um olhar
708 para além do olhar técnico que seja multi profissional, intersetorial, enfim solicitou saber
709 como está esse funcionamento do Comitê, finaliza falando que além de considerar as
710 mortes por covid pela avaliação apresentada ela percebe que ainda o problema maior
711 nas mortes é a qualidade do atendimento, então atender precocemente, aplicar os
712 procedimentos condizentes, entender realmente a situação daquele momento da
713 gestante em função de toda a sua história anterior, isso tudo é importante porque
714 identifica aonde os órgãos de saúde devem agir sendo que ainda é basicamente na

715 atenção a gestante, diz que essa é sua conclusão e finaliza agradecendo a Conselheira
716 Carolina da SESA pela sua apresentação, a Conselheira Silvana Rausis pede a palavra
717 e fala que não foi apresentado nenhum dado da questão funcional, onde essas mulheres
718 atuavam, se na lavoura, em que ambientes essa mulheres vivem, por exemplo, tem
719 mulheres invisíveis, nem os indígenas, quilombolas, caiçaras são tão invisíveis quanto
720 elas, eles já estão visíveis, mas e as “carrinheiras” que moram no lixo, que parem no lixo,
721 que levam as crianças pelas ruas nesses dias de chuva sem sequer uma capa, fala que
722 fez um estudo aprofundado pelo período de um ano, atua dentro de projetos nas
723 comunidades especialmente na Vila Torres, que estão com os dados diretos da falta de
724 qualidade de vida dessas mulheres que fazem um trabalho essencial, pois é só ver o
725 indicador da coleta de recicláveis e por quem é efetuado, essas mulheres moram no meio
726 de ratos, outra questão funcional são as mulheres que trabalham na agricultura tabagista,
727 então fala que nós temos influencias que extrapolam o âmbito de um hospital, da
728 qualidade de atendimento, ou seja, de onde a mulher vem, em que meio ela está inserida,
729 pois existe a decorrência de doenças sexualmente transmissíveis inclusive de relações
730 com o parceiro e a partir do momento em que ela se declara grávida ela começa a ser
731 tratada mas e, como se vai saber dessas relações dela e agora o agravante da “doença
732 do macaco” que já não tem controle, e vem pelo contato e elas tem contato com o lixo,
733 muitas se relacionam com múltiplos parceiros que por sua vez se relacionam também e
734 tem-se que começar a pensar em cobertura principalmente dos dados e não perder
735 tempo com causas voláteis mas sim trabalhar com as causas originárias, portanto ela
736 pede a inclusão das mulheres “carrinheiras” na pauta do Conselho com o olhar especial
737 para que se veja o que pode ser feito, diz que há anos está nas mãos de Promotoras etc.
738 e não se tem retorno, mulheres invisíveis, depauperadas, andando a pé, fazendo um
739 trabalho essencial e é uma questão de Saúde, finaliza agradecendo a Conselheira
740 Carolina e elogiando a sua brilhante atuação na SESA, Carolina pede a palavra e fala
741 que as questões colocadas pelas Conselheiras Carmen e Silvana são plausíveis, falando
742 que a SESA tem algumas legislações que falam sobre dados sensíveis, que tiveram uma
743 mudança grande nesse processo de trabalho do Comitê onde se tem o GETARO da
744 SESA que é um grupo técnico de análise e redução de óbitos que faz o fechamento da
745 causa básica dos óbitos, da análise dos óbitos e que leva os dados para o Comitê para

746 que possam ter ações intersetoriais além da Secretaria, universidades, hospitais entre
747 outros, que eles tem reuniões semanais duas vezes por semana com o GETARO, que
748 tem evoluído nesse sentido e que uma das discussões que tiveram é a questão das
749 mulheres gestantes indígenas que são estratificadas como de risco intermediário no
750 Estado do Paraná, elas tem uma questão sócio econômica de vulnerabilidade e em
751 contra partida vê-se que está aumentando muito o número de cesárias das indígenas
752 então como elas estão estratificadas como de risco intermediário elas são atendidas em
753 hospitais de risco intermediário e poderiam estar sendo atendidas em hospitais de risco
754 habitual que tem boas práticas de assistência ao parto então não sabem se as tiram do
755 risco intermediário ou se permanecem com o mesmo, tem que ser feita uma análise, fala
756 sobre as mulheres negras e indaga que, será que seria discriminatório pensar que elas
757 não tem direito de cesária à pedido só pela questão da raça cor já que elas não são
758 gestantes de risco habitual, fala que, então são inúmeras formas de olhares, um olhar
759 epidemiológico, um olhar sócio econômico e é muito importante que se traga isso no
760 Conselho que se leve os dados para o Comitê para que se possa de fato ampliar esse
761 olhar, analisar, focar nas ações e se fortalecer quanto a ações de identidade forte mesmo
762 do Comitê nesse sentido, finaliza dizendo que eram essas as contribuições adicionais
763 que ela gostaria de proferir, não tendo mais nada a discutir passa-se para o próximo
764 ponto da pauta; Item dez; **10) Decreto de Regulamentação da Violência Obstétrica;** A
765 Conelheira Carolina Poliquesi inicia falando que eles tem a Lei 19.701 que é a Lei que
766 trata dos direitos da gestante, da parturiente e da violência obstétrica, que essa Lei teve
767 uma mudança no artigo terceiro que fala da cesárea a pedido, questão essa que já foi
768 problematizada diversas vezes nas reuniões desse Conselho e que essa Lei passou por
769 uma regulamentação, para que não se transforme em uma Lei que trata somente de
770 cesárea a pedido porque ela não trata apenas disso e pelo contrário não é essa a grande
771 força dessa Lei, fala que na época da regulamentação da Lei receberam na SESA o
772 FEHOSPAR, o NUDEM, a ABENFO, a RFS e que tentaram abordar nessa
773 regulamentação todos esse olhares , então disponibiliza em slide o Decreto 11.570 que
774 regulamenta a Lei 19.701 que dispõe sobre violência obstétrica sobre direitos da gestante
775 e da parturiente e mostra os pontos principais que foram regulamentados nesse Decreto,
776 tais como, Os estabelecimentos de saúde devem programar ações que promovam o

777 nascimento na modalidade escolhida pela mulher, sendo eles, Promover experiência
778 agradável, tranquila e segura para a mãe e para o bebê, Garantir a parturiente o direito
779 de ter um acompanhante no pré e pós parto, Respeitar a opção na gestão de sua dor e
780 nas posições escolhidas durante o trabalho de parto, Garantir à gestante e à parturiente
781 informações sobre as intervenções médico-hospitalares que podem ser realizadas no
782 estabelecimento de saúde, Os procedimentos realizados no neonato respeitando o
783 consentimento da mãe, mostra também as Situações Eletivas em que tentaram trazer
784 alguns condicionantes porque no Paraná tem-se 60% dos partos via cesárias e hoje se
785 tem consequências gravíssimas inclusive o óbito materno por acretismo placentário em
786 decorrência de repetidas cesárias, a placenta fica em lugar anômalo entra para o corpo
787 do útero e isso não é natural é provocado devido a essas diversas cesárias repetidas,
788 diante disso não querem que se tenha assim tantas cesárias sendo feitas de forma
789 indiscriminada por isso nas Situações Eletivas a Regulamentação trouxe alguns
790 condicionantes tais como, podem fazer uso desse direito mulheres que tenham o pré
791 natal completo, mulheres que vem do sistema suplementar ou seja mulheres que pagam
792 pela cesária porém a partir do momento que tem o direito de fazer pelo SUS elas querem
793 por esse meio, então elas devem seguir o fluxo do SUS que exige que, Em cada consulta
794 deve ser feita a estratificação de risco, Que deve ser gestante de risco habitual então não
795 pode ser de risco intermediário e alto risco, Que a Atenção Primária à Saúde - APS deve
796 promover a construção do plano de parto que está na carteira da gestante, Que os
797 estabelecimentos tem que registrar esse desejo, essa tomada de decisão no termo de
798 consentimento livre e esclarecido, Que isso deve ser feito no pré natal e não na hora que
799 está se internando, Que elas não devem se sobrepor às situações prioritárias de urgência
800 e emergência do hospital ou seja, se ela marcou a cirurgia para hoje e está ocorrendo no
801 hospital urgência e emergência ela não pode passar na frente porque ela não está em
802 situação de urgência e emergência, Que se houver discordância entre a decisão médica
803 e a da gestante o médico tem autonomia profissional e deve garantir a continuidade
804 desse atendimento, Que só pode fazer essa escolha de parto mulheres com 39 semanas
805 de gestação ou mais, Que deve apresentar exames para precisão da datação da idade
806 gestacional, Que na ausência desses exames o médico de aferir a idade gestacional do
807 feto e na impossibilidade dessa datação a gestante deve aguardar o trabalho de parto,

808 Carolina continua explanando sobre a Regulamentação do Decreto falando da
809 Capacitação da Equipe, que a Secretaria Estadual e Municipal de Saúde deve manter
810 esse processo de educação permanente, Da violência obstétrica, da apuração e
811 aplicação das sanções pela vigilância sanitária e que estão fazendo reuniões na SESA
812 para organizar esse fluxo de sanções, que na ocorrência de violência para fins de registro
813 epidemiológico deve ser usada a ficha de notificação individual de violência interpessoal
814 e que hoje eles discutiram em reunião sobre a criação de uma nova ficha epidemiológica,
815 uma ficha paralela, uma outra ficha e ficaram preocupados em perder esses dados das
816 fichas que existem atualmente porque eles não tem sequer a tipificação da violência
817 obstétrica, a dificuldade do entendimento pelas mulheres, pelas famílias, pelos
818 profissionais e que precisam gerar esses dados para gerar a demanda, para poder
819 entender melhor do que estão falando e enfrentar esse problema que sabem que
820 infelizmente existe em todo o Estado e fala que para fins de denúncia tem a Ouvidoria do
821 Estado, o disque 180, esse Conselho, o NUDEM e o Ministério Público e fala que, a
822 exemplo do NUDEM que está colocando que vai ter uma forma de ordenar, de organizar
823 esses dados a SESA quer também organizar esses dados e se esses dados chegarem
824 na SEFUF eles terão um canal de comunicação para receber, então eles já estão
825 discutindo a forma de organizar isso e passa a falar sobre a questão dos cartazes
826 informativos dizendo que a SESA tem o prazo de 180 dias para providenciar os mesmos,
827 fala que em casos de parturientes menores de 18 anos deve ser respeitado o Estatuto da
828 Criança e do Adolescente e o Código Civil e que a Secretaria de Saúde por meio de suas
829 regionais devem monitorar a realização das cesarianas eletivas porque, existe hoje uma
830 porcentagem de partos que se exige dos hospitais no sentido de promoção de partos não
831 só números de partos e tem muitos hospitais que querem que mude essa porcentagem
832 com a justificativa de que por causa da lei aumentou o número de cesárias e sabe-se que
833 isso não é verdade, tem-se a certeza disso, então eles precisam apresentar quais foram
834 em detrimento da lei da cesária a pedido e quais foram por indicação médica ou por
835 outros motivos e fala que estão organizando tanto a questão da notificação como a do
836 monitoramento, dos cartazes e de junto com as regionais monitorar o que está sendo à
837 pedido e o que não, fala que a partir da data de publicação do decreto em 30 de junho
838 eles tem seis meses para fazerem os cartazes, porém querem fazer antes, querem fazer

839 uma proposta que passe pelo CEDM e outros locais para ver se o que está nesse decreto,
840 se o que eles querem de fato informar vai estar nesse cartaz para que seja algo
841 realmente coletivo e não um cartaz que não tenha nenhuma finalidade, finalizando a
842 explanação do Decreto de Regulamentação diz que era muito esperado por todas, foi
843 construído por todas, que foram idas e vindas na Procuradoria Geral do Estado para ver
844 se está correto, se gera ônus e que foram muitas perguntas e respostas pelos órgãos de
845 fiscalização da SESA até finalmente se chegar de fato ao Decreto assinado pelo
846 Governador do Estado; a conselheira Carmen agradece Carolina pela sua explanação e
847 fala que, como o Conselho foi colocado também como recebedor do fluxo de denúncias
848 precisam também formalizar a Comissão de Saúde do conselho para receber esse
849 material, não é só um repasse do que a SEJUF recebe direto para a SESA ela acha que
850 deve passar por um conhecimento delas a respeito e que então precisam organizar isso e
851 propõe que se formalize a Comissão de Saúde do Conselho e que se marque uma
852 reunião para começar a pensar nesse fluxo, Carolina diz que existem algumas pautas da
853 Comissão de Saúde que precisam ser vistas, a conselheira Maria Isabel fala que para
854 formalizar a formação da Comissão de Saúde se deve começar fazer as inscrições para
855 essa Comissão, Carmen fala que na verdade nessa Comissão já existem integrantes,
856 seria só a formalização de agendar uma data para essa Comissão se reunir e fala que as
857 integrantes da Comissão são, ela própria Carmem da RFS, Lara da RFS, Carolina da
858 SESA, Silvana da ASSEMPA, Dra. Gabriele do DPM, Rafaela do Grupo Dignidade,
859 Rosalina da ASSEMPA, Benedita da CUT e Andréia da DEDIF, então elas só devem
860 agendar uma data para Reunião, Dra Mariana fala que fica a disposição para participar
861 da Comissão de Saúde visto que pode fazer o repasse do fluxo de informações sobre as
862 denúncias de violência através do NUDEM, Silvane pergunta se Dra Mariana gostaria
863 então de fazer parte da Comissão e Dra Mariana responde que sim, a Comissão aceita e
864 Maria Isabel fala que a Defensoria Pública é convidada permanente nas reuniões
865 ordinárias do Conselho e que Dra Mariana seja muito bem vinda a Comissão, não tendo
866 mais nada a discutir passa-se para o próximo ponto da pauta; item onze; **11) Palavra**
867 **das Conselheiras;** A Conselheira Carolina da SESA solicita a palavra, ela diz que quer
868 agradecer novamente a esse Conselho e fazer uma nova defesa do que de tem aqui em
869 nosso Estado, que se tem muita clareza das dificuldades, sobre as coisas que tem a

870 vencer mas também de muitas coisas em que somos espelho para outros Estados,
871 sempre somos procurados pelos outros Estados pelas coisas que fazemos, que
872 possamos nos fortalecer, nos vemos do mesmo lado, porque vivemos hoje em dia
873 momentos bem delicados e muito desafiadores no que tange aos direitos das mulheres
874 então que possamos estar sempre em comunicação, contando umas com as outras
875 nesse sentido, é a forma como ela vê esse Conselho e a exemplo dos frutos que estão
876 colhendo, que na época em que os procuraram poderiam ter tido uma visão unilateral
877 para fazer uma Lei de Violência Obstétrica no Estado mas optaram por trazer para o
878 Conselho porque entende-se que é uma ação conjunta e não só da SESA, então que o
879 Conselho possa sempre ver nessas oportunidades uma forma de trabalho em conjunto e
880 fortalecimento do mesmo e não uma ação somente da SESA, pois essa demanda já foi
881 trazida anteriormente pela Dra. Ana Cláudia que hoje não está mais no Conselho e
882 finalizando, agradece muito por esse trabalho em conjunto com o Conselho, a
883 Conselheira Carmem fala sentir a falta da representante da SESP a conselheira Alcinely
884 que não está presente na reunião de hoje, porém ela justificou sua ausência e fala que
885 talvez deve-se pautar para a próxima reunião que ela nos trouxesse a questão de como a
886 SESP está planejando o uso dos recursos do Fundo de Segurança pois de acordo com a
887 nova legislação um percentual desse Fundo deve ser destinado para atuação na área de
888 prevenção e atenção a mulher e como é um recurso da SESP, que planejamento a
889 CODEM tem para o uso desse recurso, aonde estão pretendendo utilizar esse recurso,
890 para que possam também acompanhar e discutir o que a CODEM considera mais
891 importante na área de segurança para aplicar esse recurso, diz que deve ser anotado
892 esse ponto para pauta da próxima reunião e ser repassado para a representante da
893 SESP abrir essa discussão e finaliza dando as boas vindas a nova Secretária Executiva
894 Sandra e se coloca a disposição para ajudá-la, Sandra agradece e se coloca também a
895 disposição; não tendo mais nenhuma manifestação de fala a Presidente Walquíria fala
896 que a reunião foi muito proveitosa, colaborativa, que está a disposição e agradece a
897 todas as presentes dando encerramento a Reunião Ordinária. Esta ATA foi degravada
898 pela Secretária Executiva, Sandra Cristina Hey Paizani e será encaminhada as
899 conselheiras para contribuições, depois de aprovada em reunião plenária será publicada
900 e publicizada no site do CEDM/PR.